

Caparaó ainda sofre degradação

Segundo os militantes que atuam na defesa do meio ambiente, naquela região falta apoio técnico e financeiro, para que os trabalhos executados tenham maior eficiência

BRUNO ATHAYDE

Municípios Esp. Santo (sul) Região do Caparaó

Alegre - O Caparaó capixaba, formado pelos dez municípios do Entorno e por 78% da área do Parque Nacional do Caparaó (Parna), já não exibe tantas belezas como há 20 anos. As constantes degradações, provocadas por produtores rurais e comunidades sem consciência ambiental, modificaram e extinguiram algumas paisagens que não serão renovadas tão cedo. Mas, ao mesmo tempo em que alguns moradores esgotam os recursos naturais, o Caparaó resiste, amparado, principalmente, pelo trabalho de Organizações Não-Governamentais (ONGs), num total de 15, que integram um projeto de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

As degradações que atingem a região do Caparaó, integrante do bioma de mata atlântica, hoje, se restringem ao Entorno do Parna. Dentro dos 31,8 mil hectares de área do parque, a preocupação atual é com a retirada ilegal do palmito Juçara, um remanescente de mata atlântica, e a caça e comércio ilegal de animais silvestres, principalmente, os pássaros.

Polícia

Segundo dados da Polícia Ambiental, no último ano foram registradas 60 degradações entre queimadas, desmatamento, caça, desvio de cursos d'água, assoreamento de rios, extração de minério e pesca predatória; contabilizando um total de R\$ 69,3 mil em multas aplicadas e 23,3 hectares de área atingida. Para o tenente Luchi, da Polícia Ambiental, as queimadas e o desmatamento são as infrações que mais preocupam, apesar de o órgão ter registrado uma diminuição nas degradações. "Mesmo não contando com uma infra-estrutura ideal, o registro diminuiu, principalmente, por dois fatores: a fiscalização constante e a ação das ONGs", afirmou Luchi.

A atuação das entidades tam-



Bruno Athayde



AGRESSÕES

Apesar dos esforços desenvolvidos por entidades não-governamentais, atividades como queimadas, roubo de palmito e caça clandestina ainda são registradas na região do Caparaó, que sofre também com a exploração de pedreiras e aração irregular de terrenos

A atuação das entidades também é apontada pela ambientalista Dalva Ringuer como a principal causa da diminuição no número de degradações. Ela, que é secretária-executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Entorno do Caparaó, entidade que integra as ONGs locais e existe desde 1999, trabalha na área ambiental há mais de 20 e nunca viu uma movimentação tão intensa das organizações. "Ainda existe muita degradação, mas hoje a militância dos moradores da região tem inibido os agressores do meio ambiente", declara Dalva.

Agressões

Dalva confirma que as degradações mais preocupantes são a retirada de palmito, realizada, principalmente, dentro do Parna, e a caça de animais silvestres. No caso do palmito, da espécie Juçara, o agressor está retirando das matas um remanescente de mata atlântica que só se desenvolve em área preservada. "Ele não nasce em área degradada", explica a ambientalista, que alerta também para o comércio ilegal de animais, principalmente, de aves.

"Os trinca-ferros estão desaparecendo da região, pois as pessoas vêm na venda uma maneira fácil de ganhar dinheiro", declara Dalva. Além do trinca-ferro, o canário-da-terra, o coleiro, curió e a araponga também estão ameaçados de extinção na região.

Pássaros

Em relação ao tráfico de pássaros, a representante da Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Turístico de Dolores do Rio Preto (Apratur), Cláudia Martins Bastos, afirma que o comércio de aves é constante no centro de Dolores por causa da falta de fiscalização. "Como não há uma fiscalização mais rigorosa por parte dos órgãos responsáveis, as pessoas se acham no direito de fazer, já que se vendem um pássaro por dia ganham mais do que ficando no cabo da enxada", afirma Cláudia.

Em Dolores, além da caça, as queimadas, fora do Parna, e a aração de morro abaixo são degradações registradas e fiscalizadas pelas seguintes organizações: Apratur,

Ação Popular de Proteção (APA), Associação de Defesa do Meio Ambiente e Turismo de Pedra Menina (Adematur) e Grupo Infantil de Preservação Ambiental (Gipa). As quatro ONGs realizam trabalhos de educação ambiental e denúncia desde 1998, contando com o apoio do consórcio. "O desenvolvimento sócio-ambientalista e campanhas educativas, como a de reciclagem de lixo, são pontos primordiais que norteiam o nosso trabalho", afirma a representante da Apratur.

Lixo

Em outro município, o problema dos resíduos jogados diretamente nos rios é uma preocupação diária. Em Divino de São Lourenço, onde não há tratamento de esgoto, a Associação Pró-Melhoramento Ambiental da Região do Caparaó (Amar Caparaó), localizada em

Patrimônio da Penha, inicia desde cedo o trabalho de conscientização para o problema do lixo.

O projeto Amar Criança nas Escolas, realizado de maneira voluntária, rompeu as barreiras estaduais e hoje é aplicado em escolas de Divino e de Manhuaçu, em Minas Gerais, onde as crianças aprendem a dar um destino final ao lixo, sem agredir a natureza.

A Amar Caparaó, fundada em 1994, também desenvolve trabalho para impedir o desmatamento desenfreado que, segundo Miriam da Silva Cavalcanti, integrante da organização, é um problema histórico. "Os produtores estão acostumados a desmatar para plantar café ou para o gado pastar", explica Miriam.

No parque, apesar de não haver registro de queimadas desde 1994, quando um incêndio criminoso destruiu mais de 24 hectares da área de

mata atlântica, que ainda se encontra em processo de regeneração, a retirada de palmito preocupa, já que muitas pessoas realizam a extração durante visitas ao local.

Entorno

Já em Alegre e Guaçuí, municípios que integram o entorno indireto do parque, juntamente com São José do Calçado, Ibatiba e Muniz Freire, as degradações vão desde a aração ao uso indevido de agrotóxicos. E os produtores, muitas vezes, demonstram falta de sensibilidade até mesmo na preservação da área para o desenvolvimento do turismo.

Para o presidente da Associação Amigos do Caparaó (Acap), Carlos Abel Dutra Garcia, a degradação ocorre porque falta empenho dos órgãos responsáveis para inibir estas ações. A associação, que atua há mais de três anos, desenvolve um

trabalho de denunciar crimes ambientais, como a aração de morro abaixo, a pesca predatória, a caça de animais silvestres e a existência de lixões a céu aberto.

Segundo Abel, com o preço do café em baixa, produtores estão transformando cafezais em pastagens, para obter resultados rápidos, mandando arar com tração mecânica de morro acima e abaixo em qualquer declividade, sem se preocupar com o resultado da eliminação da camada fértil do solo, que carrega durante as chuvas.

"Além da perda de nutrientes que foram formados durante milhões de anos, esse solo é depositado no fundo dos taboais, brejos e rios, além de nascentes. Assim, esses nutrientes que carregam alimentam micro-organismos, como o fitoplâncton e outros, que se desenvolvem, quebrando a cadeia alimentar e levando os mananciais à morte biológica", explica o presidente da Acap.

Em Guaçuí, o trabalho da Associação Guaçuense de Proteção Ambiental (Aguapam) também é direcionado para evitar a degradação. Segundo Maxwell Assis de Souza, membro da Aguapam, a maior preocupação, hoje, é com a preservação dos recursos hídricos. "O problema do esgoto jogado nos rios e nascentes e o uso indevido de agrotóxicos são muito constantes na região. E as consequências são o desaparecimento, principalmente, das nascentes", declara Maxwell.

Atualmente, a Aguapam desenvolve o projeto Reflonat, junto com alunos do município, para plantar mudas nativas e exóticas em áreas desmatadas. Segundo Maxwell, o município tem sofrido com a ação do homem, que realiza um desmatamento de dentro para fora, abrindo clareiras e rareando a mata.

O trabalho das ONGs, em parceria com o Consórcio do Caparaó, já rendeu frutos. Tanto que o consórcio foi classificado pelo Programa Reserva da Biosfera, das Nações Unidas, para receber verba de entidades internacionais.

Telefones para denúncia de degradações - (0XX28) 3545-1870 ou (0XX28) 3521-3358. A identidade será mantida em sigilo.

